

IDÉIAS CRISTÃS FRENTE AO CORPO, À SEXUALIDADE E CONTRACEPÇÃO: implicações para o trabalho educativo

Maria da Anunciação SILVA^aEdir Nei Teixeira MANDÚ^b

RESUMO

Neste artigo, são abordadas idéias religiosas cristãs frente ao corpo feminino, à sexualidade e à contracepção. O objetivo é evidenciar a sua importância para as práticas educativas. Destacamos a construção histórica da idéia de corpo feminino impuro, o controle do desejo sexual pela razão e domínio masculino e outras normalizações em torno do sexo e da procriação. O conhecimento dessa influência nos discursos e práticas dos profissionais de saúde possibilita-lhes a condução de grupos educativos promotores de “empoderamento” (*empowerment*) no cuidado à saúde sexual e reprodutiva, abrindo espaço à criação de novas formas de relacionamento entre esses sujeitos e à construção da integralidade em saúde.

Descritores: Atenção primária à saúde. Educação em saúde. Reprodução. Sexualidade. Religião.

RESUMEN

En este artículo, abordamos ideas religiosas cristianas sobre al cuerpo femenino, a la sexualidad y al contraceptiva práctica. Nuestro objetivo es evidenciar su importancia para las prácticas educativas. Enfocamos la construcción histórica de la idea del cuerpo femenino impuro, del control del deseo sexual por la razón y el dominio masculino, y otros controles alrededor del sexo y de la procreación. El conocimiento de esta influencia en los discursos y el práctica de los profesionales de salud los hace posible la conducción de grupos educativos promocionales para la autonomía en el cuidado a la salud sexual y reproductiva, abrindo espacio a la creación de nuevas formas de relacionamiento entre esos sujetos y a la construcción de la integralidad en salud.

Descriptores: Atención primaria de salud. Educación en salud. Reproducción. Sexualidad. Religión.

Título: Las ideas cristianas afrontan al cuerpo, a la sexualidad y al contraceptivo práctico: implicaciones para el trabajo educativo con los grupos.

ABSTRACT

In this article, we discuss Christian religious concepts related to the female body, sexuality, and contraceptive practices. Our objective was to show their importance for educational practice. We focused on the historical construction of the idea of impure feminine body, the control of the sexual desire by reason and male dominations, and other rulings on sex and reproduction. When health professionals are aware of this influence on their discourse and practice, they are able to lead educational groups promoting empowerment in sexual and reproductive health, opening spaces for the establishment of new relationships between these subjects and building integral health.

Descriptors: Primary health care. Health education. Reproduction. Sexuality. Religion.

Title: Christian concepts related to the body, sexuality, and contraceptive practices: implications for educational work.

^a Professora Doutora da área Saúde da Criança e do Adolescente da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Brasil.

^b Professora Doutora da área Sexualidade e Reprodução Humana, da Faculdade de Enfermagem da UFMT, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende suscitar uma reflexão sobre a influência da cultura cristã no que diz respeito ao corpo, à sexualidade e contracepção entre os profissionais que atuam em grupos educativos e abordam questões relacionadas a esses campos.

No Brasil, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, oficializado em 1984, num contexto de expansão dos serviços básicos de saúde e de luta social por ações públicas mais amplas dirigidas à saúde feminina, oficializa proposições técnico-políticas em torno da reprodução e sexualidade. Com esse programa, dá-se ênfase à concepção de assistência integral, entendida sobretudo como atendimento das necessidades de saúde das mulheres no decurso do seu ciclo vital, e, também, à função educativa dos serviços de saúde, tendo-se em vista a promoção de conhecimento da mulher sobre seu corpo, sua saúde e sexualidade. Essa mesma direção é incorporada no Programa de Saúde do Adolescente, criado em 1989⁽¹⁾.

A Constituição Brasileira, de 1988, inclui como responsabilidade do Estado no campo da saúde a oferta de recursos para o exercício do direito ao PF, como livre decisão dos envolvidos⁽²⁾. Em 1996, através da Lei nº 9.263, regulamenta-se o PF no país, estabelecendo-se que este deve orientar-se por ações preventivas e educativas e pela garantia do acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas para regulação da fecundidade⁽³⁾.

Essas proposições refletem os debates e os acordos internacionais encaminhados em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, da afirmação da cidadania e autodeterminação das mulheres, e da necessária eliminação de desigualdades entre estas e os homens, consubstanciados na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994 e na IV Conferência Internacional sobre a Mulher, de 1995⁽¹⁾.

Nesse percurso, ganha relevância o encaminhamento de ações educativas através de atividades de grupo, intencionando-se viabilizar escolhas e práticas sem qualquer tipo de coerção. Nessa direção, projeta-se a abordagem crítica de aspectos socioculturais relacionados ao corpo, à sexualidade e reprodução, sobretudo feminina, resgatando-se as suas interfaces.

Os grupos educativos em saúde, encaminhados a partir de uma perspectiva crítica, podem ser entendidos como espaços em que pessoas interagem consigo mesmas e entre si, sendo consideradas em suas dimensões física, subjetiva e social, através de momentos de compartilhamento de interesses e expectativas, de troca emocional e cognitiva, resgatando-se as suas realidades de vida. Estrategicamente, esses grupos, ao articularem essas diferentes dimensões das pessoas, constituem-se em espaços potencialmente privilegiados de empoderamento (*empowerment*), que possibilitam organizar estratégias individuais e coletivas para o enfrentamento de adversidades do processo saúde-doença e/ou da vida⁽⁴⁾. O empoderamento leva ao “[...] aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação social”^(5:5).

Em atividades educativas grupais dirigidas a mulheres, é necessário considerar o problema da sua dominação, associado à construção social da identidade feminina e masculina e das desigualdades entre mulheres e homens.

A compreensão de que a construção da identidade de gênero decorre das relações sociais remete à problematização dos aspectos culturais que sustentam as práticas sociais, educativas e discursivas de homens e mulheres nos campos da reprodução e sexualidade. Nesse sentido, faz-se um recorte, aqui, em torno da construção histórica de algumas idéias filosóficas e religiosas-cristãs, dada sua influência em nossa cultura ocidental, considerando algumas de suas implicações em torno do corpo, da sexualidade e contracepção feminina.

Considera-se que a construção histórica de símbolos religiosos influi no cotidiano de nossas práticas profissionais e não profissionais, independentemente da fé professada, uma vez que a religião participa da formulação de concepções gerais que orientam nossas relações com as pessoas e que assumem uma aura de factualidade singularmente realista⁽⁶⁾.

Assim, a partir de um resgate histórico desses símbolos, são feitos, aqui, alguns apontamentos em torno de questões que merecem ser objeto de debate e consideração no âmbito das ações educativas grupais com foco no corpo, na sexua-

lidade e contracepção, por referência a valores culturais codificados historicamente.

2 CONSTRUÇÕES FILOSÓFICAS E RELIGIOSAS-CRISTÃS SOBRE O CORPO, A SEXUALIDADE E CONTRACEPÇÃO

Entre essas construções, encontram-se as idéias de impureza e fragilidade do corpo feminino, a construção do corpo ideal pelo controle das emoções e do desejo sexual – sobretudo o feminino pelo domínio do homem sobre a mulher –, além de uma dada moral em torno da sexualidade com implicações para o sexo, a procriação e anticoncepção.

No pensamento idealista de Platão, as sensações ligadas ao corpo (tidas como impurezas) constituíam-se em um dos impedimentos mais importantes para o alcance do conhecimento tido como verdadeiro⁽⁷⁾. O corpo é visto uma fonte de poluição e as mulheres são associadas a essa esfera poluidora⁽⁸⁾.

A identificação das mulheres com a impureza está presente em idéias religiosas que antecederam Platão ou que lhe foram contemporâneas. Nestas, o coito e o nascimento são vistos como atividades poluidoras, e só os rituais de purificação poderiam dar conta de eliminar ou limitar sua contaminação. Mas para os órficos, não bastavam esses rituais, a purificação só “[...] poderia provir da absoluta rejeição de todas as coisas poluidoras - sexualidade, morte e mulheres”^(8:51).

Essa visão negativa da sexualidade prevaleceu no Estoicismo, escola de filosofia antiga, e ganhou uma visão adicional fornecida pelo movimento intitulado *gnosis* (ciência). Os gnósticos pregavam o sexo apenas no casamento. Só a alma representava verdadeiramente o humano⁽⁹⁾.

Embora tenha lutado contra o gnosticismo, a religião cristã se deixou contaminar por sua hostilidade ao corpo⁽⁹⁾.

Na Grécia antiga, a morte era considerada uma das principais fontes de impureza. Embora as mulheres gerassem a vida, lhes cabia o cuidado dos mortos. Assim, o medo da sexualidade feminina encontrava-se particularmente relacionado a esse papel⁽⁸⁾.

Essa noção de corpo feminino impuro passa da Antiguidade para o cristianismo, sendo também associada ao sangramento menstrual e

puerperal. Tomás de Aquino, por exemplo, relacionou o sangue menstrual à impureza. Para ele, a mulher menstruada não deveria manter relações sexuais, exceto quando o marido exigisse⁽¹⁰⁾.

Santo Agostinho foi quem melhor desenvolveu a relação entre o cristianismo e o desprezo ao sexo e aos desejos, considerando a mulher como inferior ao homem. Ele a considerava mais fraca que o homem, sendo a responsável por sua saída do Paraíso e pelo acontecimento da relação sexual motivada pelo desejo. O olfato, o paladar, a audição e visão expunham a alma aos perigos do desejo. Assim, ninguém devia satisfazer os seus sentidos. Os desejos e o sexo eram desprezados⁽¹¹⁾.

O corpo ideal era o livre do desejo sexual, visto como uma doença desencadeada a partir das mulheres. Para que os homens permanecessem com suas paixões controladas, eles tinham que dominar as mulheres. Estas eram identificadas com o uso inferior da razão, e, não sendo feitas à imagem e semelhança de Deus, a dominação do homem sobre elas se justificava⁽¹⁰⁾.

Tomás de Aquino manteve o desprezo pelas mulheres, sendo influenciado sobretudo por Aristóteles, que as considerava um erro da natureza. Para este, as mulheres eram mais facilmente seduzidas pelo prazer sexual e tinham mais dificuldade para resistir a este, porque possuíam menor força mental que os homens. Assim se aprovava a dominação sexual masculina⁽¹⁰⁾.

Os códigos que regulamentam a conduta sexual encontrados em documentos eclesiais tratam do comportamento do casal no interior do casamento, único espaço considerado legítimo para as relações sexuais. Neles se destacam como finalidades do casamento: a procriação de filhos legítimos; o pagamento do débito conjugal; e a proteção dos cônjuges do desejo culposos (masturbação e adultério)^(12,13).

No casamento, o homem podia exigir a relação sexual e a mulher devia apenas insinuar o seu desejo. Cobrava-se desta um comportamento reservado e recatado. O ato sexual deveria ser desprovido de erotismo. Não era permitido copular em dias de jejum e festa, na menstruação, no pós-parto, na gravidez, no aleitamento e em lugares públicos e sagrados^(12,13).

Sobre a posição para a cópula, só era aconselhada aquela considerada “natural” (a mulher deitada de costas e o homem sobre ela). Para al-

guns teólogos, a posição da “*mulier super virum*” (mulher sobre o homem) era contrária à natureza da primeira, considerada passiva. Ela prejudicava a fecundação, principal objetivo do casamento^(12,13).

Na Antiguidade e Idade Média, os problemas relacionados à contracepção e infertilidade eram assuntos de responsabilidade das mulheres. Eram elas que conheciam os seus ciclos, as ervas e os segredos do parto. Esses temas foram relacionados ao diabo e à bruxaria. Mas a grande caça as bruxas européias foi uma guerra travada pelos homens cultos e poderosos contra as mulheres. O bruxo era pobre, sem educação, língua afiada, velho e, acima de tudo, do sexo feminino, na proporção de quatro para um em relação aos homens⁽¹⁴⁾.

Entre o fim do século XIV e meados do século XVIII, durante o período de caça às bruxas, os casais cristãos só dispunham de dois métodos contraceptivos: a suspensão das relações sexuais quando o casal alcançasse o número desejado de filhos e a prática sexual com penetração vaginal, mas sem que houvesse emissão de sêmen. Considerava-se que a mulher tinha maior necessidade de satisfazer seu desejo sexual, por ser mais fraca moralmente, cabendo ao homem atendê-la⁽⁹⁾.

A Igreja Católica manteve posições pouco claras sobre a contracepção por um grande período. Só a partir do último quarto do século XIX exacerbou-se a luta da Igreja contra a anticoncepção, principalmente para se opor à posição mundial de controle da natalidade. No século XX, na encíclica *Casti Connubii* (1930), o Papa Pio XI afirmava que os casais que realizavam a contracepção praticavam a “liberdade criminoso”, “evitavam o fardo, mas desfrutavam das alegrias” e que não havia motivo que justificasse a contracepção. A partir dessa encíclica, coloca-se claramente que, em nenhuma circunstância, seria permitido evitar a concepção^(9:309). Na *Humanae Vitae* (1968), Paulo VI estava preocupado com a infidelidade conjugal e atribuiu à contracepção o incentivo a tal prática⁽¹⁵⁾. João Paulo II, em *Familiaris Consortio* (1981), recomenda o método do ritmo, porque somente este respeitaria o ritmo biológico da mulher, o diálogo, e a responsabilidade comum do domínio de si⁽¹⁶⁾.

Ainda hoje, a Igreja utiliza-se de justificativas para se posicionar contrária à contracepção,

argumentando que esta muda as finalidades do casamento, induz ao adultério, frustra a natureza e leva os homens a perderem o respeito pelas mulheres. Em junho de 2006, o Vaticano divulgou o documento Família e Procriação Humana, publicado pelo Conselho Pontifício para a Família, condenando o uso de qualquer método anticoncepcional⁽¹⁷⁾.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO EDUCATIVO COM GRUPOS

No encaminhamento do trabalho educativo, é preciso considerar que as várias interpretações e práticas dos diferentes sujeitos ou grupos, em relação ao corpo, à sexualidade e contracepção, refletem um conjunto de ordenamentos socioculturais que marcam de modo próprio a história dos grupos, famílias e pessoas, em um dado tempo e espaço social. Elas guardam relação com uma composição de condições concretas e articuladas, segundo inserções de classe, gênero, raça/etnia e influências geracionais, religiosas, de padrões de sexualidade, dentre outras. Além do quê, refletem normatividades do campo da saúde e as condições de acesso a suas práticas.

Os serviços de saúde influenciam a forma como a população lida com o corpo e seus processos através do modo como privilegiam historicamente dadas alternativas assistenciais e da forma como as disponibilizam, ou não, nas instituições de saúde.

A falta de espaços e processos que incrementem a possibilidade de homens e mulheres reconhecerem os aspectos socioculturais envolvidos no exercício da sexualidade e reprodução dificulta tanto a promoção de decisões de forma refletida e autônoma como a superação das normatividades culturais construídas socialmente e absorvidas, de algum modo, como parte das concepções, valores, atitudes e comportamentos das pessoas.

Assim, a partir dos elementos apresentados neste ensaio, particularmente sobre como o cristianismo construiu muitas de suas concepções sobre o corpo, a sexualidade e contracepção, é possível reconhecer como estas ainda influenciam os comportamentos e as idéias de mulheres e homens e as práticas profissionais em saúde a eles dirigidas.

No trabalho educativo que toma essas questões como foco, um conteúdo passível de reflexão é a identificação cultural do corpo feminino com algo frágil e impuro e suas influências no pensar e agir de mulheres, homens e profissionais. Essa perspectiva ainda se encontra presente atualmente manifesta de diferentes formas e deve ser identificada e trabalhada a partir dos discursos concretos de mulheres e homens.

Um exemplo disso é a conhecida manifestação de mulheres, por ocasião da realização do exame ginecológico, de que não estão higienizadas, por não terem realizado a raspagem dos pêlos pubianos. Outro exemplo é o desaconselhamento por parte dos profissionais de relações sexuais durante a menstruação ou, ainda, a manifestação entre mulheres de medo de que o sangue menstrual suba à cabeça diante da quebra do que se entende ser uma “dieta” apropriada para a menstruação ou após o parto.

Outro aspecto ainda presente nas práticas de atenção à saúde, coerente com a normalização religiosa de controle da sexualidade da mulher e de seu direito ao prazer, diz respeito a ações impingidas pelos profissionais a esta como uma forma de castigo. Mulheres ainda são exortadas a se calar e a agüentar firmes frente às dores do parto, por terem engravidado com prazer, o que dá a entender a adesão ao cumprimento bíblico de que, por castigo, estas devem parir com dor. Outro exemplo encontra-se na realização de curetagens pós-aborto sem analgesia suficiente, ou quando não são tomadas medidas adequadas para atenuar dores, sugerindo essa prática uma possível idéia inconsciente de castigo à mulher.

No que se refere às práticas de contracepção, também nela influem os modelos culturais construídos, compostos de certos padrões familiares, relacionais e sexuais, apoiados em valores morais e religiosos tradicionais. Assim, aspectos como a fertilidade e ideais em torno da instituição conjugal, da maternidade/paternidade e da procriação, dentre outros, precisam ser considerados nas atividades educativas, a partir das subjetividades dos envolvidos, resgatando-se a sua relação com a cultura religiosa e sua interface com gênero e classe.

O caráter relacional presente nas questões de sexualidade e reprodução/contracepção é ocultado culturalmente através de normatividades

construídas. Através destas, por exemplo, atribui-se à mulher a responsabilidade exclusiva, ou quase exclusiva, pela contracepção assim como por sua autoproteção na esfera sexual e reprodutiva, mesmo que esta proteção dependa de negociação e da participação ativa do homem e mesmo que a reprodução também seja da responsabilidade deste. Práticas em que a mulher assume sozinha a responsabilidade pela contracepção, submetendo-se ao uso de métodos muitas vezes maléficos à sua saúde, devem ser discutidas à luz das influências culturais sobre o corpo feminino e masculino.

Reconhecer as marcas culturais sobre o próprio corpo constitui uma das necessidades para a prática contraceptiva autônoma e responsável, tanto por mulheres quanto por homens, tendo-se em vista a configuração dos direitos sexuais e reprodutivos. Assim, é preciso trabalhar educativamente com a sexualidade e a reprodução resgatando-se os seus sentidos.

Preceitos da doutrina cristã ainda persistem na cultura, orientando as ações profissionais na esfera da sexualidade e contracepção. No entanto, muitas vezes essas ações ainda são tomadas como naturais, ainda que carregadas de atitudes preconceituosas.

Enfocar em grupos educativos a influência da cultura cristã na construção da identidade subjetiva dos sujeitos, destacando as relações de poder que se estabelecem socialmente e evidenciando papéis sociais construídos por/para homens e mulheres, abre espaço à criação de novas formas de relacionamento entre esses sujeitos e à construção da integralidade em saúde.

REFERÊNCIAS

- 1 Mandú ENT. Trajetória assistencial no âmbito da saúde reprodutiva e sexual – Brasil século XX. Revista Latino-Americana de Enfermagem 2002;10(2): 358-71.
- 2 Presidência da República (BR). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF); 1988.
- 3 Presidência da República (BR). Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996: regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília (DF); 1996.

- 4 Silva MA, Oliveira AGB, Mandú ENT, Marcon SR. Enfermeiro & grupos em PSF: possibilidade para participação social. Cogitare Enfermagem 2006;11(2):143-9.
- 5 Vasconcelos EM. A proposta de empowerment e a sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do serviço social e da saúde mental. Revista Serviço Social & Sociedade 2001;65(22):5-53.
- 6 Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara; 1989.
- 7 Platão. Diálogos. São Paulo: Nova Cultural; 1999.
- 8 Schott RM. Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1996.
- 9 Ranke-Heinemann U. Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a igreja católica. 23ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1996.
- 10 São Tomás de Aquino. Súmula teológica: criação: o anjo: o homem II. São Paulo: Loyola; 2002.
- 11 Santo Agostinho. Confissões. São Paulo: Nova Cultural; 1999.
- 12 Ariés PH. O casamento indissolúvel. In: Ariés PH, Béjin A, organizadores. Sexualidades ocidentais. São Paulo: Brasiliense; 1987. p. 163-82.
- 13 Flandrin JL. A vida sexual dos casados na sociedade antiga: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: Ariés PH, Béjin A, organizadores. Sexualidades ocidentais. São Paulo: Brasiliense; 1987. p. 135-52.
- 14 King ML. A mulher do Renascimento. Lisboa: Presença; 1994.
- 15 Papa Paulo VI. Humanae Vitae: carta encíclica sobre a regulação da natalidade. São Paulo: Paulinas; 1968.
- 16 João Paulo II. Exortação apostólica: familiaris consortio. São Paulo: Paulinas; 1981.
- 17 Rede Nacional Feminista de Saúde. Igreja Católica ataca os direitos sexuais e os direitos reprodutivos de olho nas eleições. Boletim Eletrônico Saúde Reprodutiva na Imprensa 2006 jun 1-15 [citado 2006 nov 30]. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/html/boletim.html>.

Endereço da autora/Author's address:

Edir Nei Teixeira Mandú
Rua Marcos Pereira da Luz, 11
Edifício Solar Gaudí, Aptº. 402
Bairro Miguel Sutil
78.048-590, Cuiabá, MT
E-mail: enmandu@terra.com.br

Recebido em: 20/01/2007

Aprovado em: 07/08/2007